

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

A governança pública é discutida em torno de determinados pressupostos sobre componentes estruturais como gestão, equidade, transparência, responsabilidade corporativa, *accountability* (prestação de contas) e legalidade do setor público. Esses elementos são considerados necessários ao desenvolvimento das sociedades, segundo os modelos idealizados por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Sob a ótica da ciência política, a governança pública está associada a uma mudança de gestão política, tendendo, cada vez mais, à autogestão nos campos social, econômico e político, como também a uma nova composição de formas de gestão. Complementarmente, a governança relaciona-se a fatores como tomada de decisões gerenciais, desempenho, controle, com direcionamento global para o órgão ou a entidade, e necessidade de prestação de contas para seus controladores.

Nesse sentido, o conceito de *accountability* é pautado na relação de interesse do Estado e nas necessidades do cidadão. Assim, a *accountability* é plena quando as informações públicas de prestação de contas dos governantes, auditadas pelos órgãos de controles internos e externos, geram confiança a uma sociedade participativa das decisões públicas.

O grau de *accountability* de uma burocracia deve ser explicado pelas dimensões do macroambiente da administração pública: a textura política e institucional da sociedade, os valores, os costumes tradicionais partilhados na cultura, a história, o desenvolvimento político na trajetória para tornar as burocracias responsáveis, a baixa contribuição dos diversos esforços de reformas da administração pública e a precariedade dos controles formais.

Blênio Cezar Severo Peixe *et al.* **Governança pública e accountability: uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais.** 2018. Internet: <redalyc.org> (com adaptações).

A respeito das ideias e da tipologia do texto CB1A1-I, julgue os itens subsecutivos.

- 1 No texto, predomina o tipo textual dissertativo, mas há sequências da tipologia injuntiva em cada parágrafo.
JUSTIFICATIVA – Errado. O texto é dissertativo-argumentativo (tipologia), pautado na exposição de ideias, argumentos e ponto de vista do redator, o qual se presta a dissertar acerca de determinado assunto, com teor opinativo. Um texto injuntivo (ou instrucional), como bulas de remédios e receitas culinárias, orienta uma ação, apresentando-se como uma ordem para o leitor, o que não se observa em nenhum dos parágrafos do texto.

- 2 De acordo com o texto, a dinâmica entre os interesses do Estado e as demandas dos cidadãos fundamenta o conceito de *accountability*.

JUSTIFICATIVA – Certo. No terceiro parágrafo, a informação é patente: “Nesse sentido, o conceito de *accountability* é pautado na relação de interesse do Estado e nas necessidades do cidadão”.

- 3 Infere-se do texto que é necessário ao desenvolvimento das sociedades que a administração pública apresente ações governamentais alinhadas à filosofia da *accountability*.

JUSTIFICATIVA – Certo. No primeiro parágrafo do texto, afirma-se que a governança pública é discutida em torno, entre outros fatores, do conceito de *accountability*, o qual está entre os elementos necessários para o desenvolvimento das sociedades.

Julgue os próximos itens, referentes aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

- 4 No último período do primeiro parágrafo, a vírgula empregada logo após “internacionais” poderia ser eliminada, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA – Errado. O texto ficaria gramaticalmente incorreto com a alteração, haja vista a vírgula que permaneceria subsequente a “(ONU)”.

- 5 No primeiro parágrafo, a expressão “Esses elementos” (segundo período) remete aos termos da enumeração introduzida pelo vocábulo “como” (primeiro período).

JUSTIFICATIVA – Certo. A expressão “Esses elementos” retoma, por anáfora, toda a estrutura enumerativa exemplificativa após “como”.

- 6 A correção gramatical e os sentidos do primeiro período do segundo parágrafo seriam preservados caso se deslocasse a expressão “cada vez mais”, com as vírgulas que a isolam, para imediatamente depois do vocábulo “também”.

JUSTIFICATIVA – Errado. Embora gramaticalmente correto, o deslocamento alteraria o sentido do período, pois deixaria se relacionar a ambos os complementos do verbo ‘tender’ — “à autogestão nos campos social, econômico e político” e “a uma nova composição de formas de gestão” — e passaria a estar relacionado apenas ao último elemento.

- 7 As vírgulas que intercalam a expressão “cada vez mais”, no primeiro período do segundo parágrafo, poderiam ser removidas, sem prejuízo dos sentidos do texto e da correção gramatical.
JUSTIFICATIVA – Certo. A remoção das vírgulas — **com tendência de se recorrer cada vez mais à autogestão (...)** — não alteraria os sentidos do texto e não produziria desvio gramatical, uma vez que o emprego das vírgulas, nesse caso, é facultativo.
- 8 No trecho “associada a uma mudança” (primeiro período do segundo parágrafo), a inserção do acento indicativo de crase no vocábulo “a” manteria a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, em razão da presença da preposição exigida por “associada” e do artigo feminino.
JUSTIFICATIVA – Errado. Não ocorre crase entre a preposição “a” e artigo indefinido, ainda que feminino.
- 9 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o último parágrafo poderia ser assim reescrito: **A textura política e institucional da sociedade, os valores, os costumes tradicionais partilhados na cultura, a história, o desenvolvimento político na trajetória para tornar as burocracias responsáveis, a baixa contribuição dos diversos esforços de reformas da administração pública e a precariedade dos controles formais constituem as dimensões do macroambiente da administração pública que explicam o grau de accountability de uma burocracia.**
JUSTIFICATIVA – Certo. A reescrita sugerida preserva tanto a correção gramatical quanto a coerência das ideias originais do texto.
- 10 No trecho “uma sociedade participativa das decisões públicas” (final do terceiro parágrafo), a substituição do vocábulo “das” por **nas** prejudicaria a correção gramatical e os sentidos originais do texto.
JUSTIFICATIVA – Errado. Tal como o verbo “participar”, o adjetivo “participativa” pode reger termo introduzido pela preposição “de” ou “em”.
-
- ulgue os itens a seguir, considerando a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e, no que couber, a interpretação de suas normas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- 11 É inconstitucional a divulgação, por deputado distrital, de iniciativa de ato, programa, obra ou serviço público de sua autoria, mediante canais do próprio mandatário ou do partido político, por configurar promoção pessoal.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. De acordo com o entendimento firmado pelo STF na ADI n.º 6.522, quando conferiu ao art. 22, § 6.º, da LODF interpretação conforme a Constituição Federal de 1988:
“1. A autorização do § 5.º do art. 22 da Lei Orgânica para que cada Poder do Distrito Federal defina, por norma interna, as hipóteses nas quais a divulgação de ato, programa, obra ou serviço públicos não constitui promoção pessoal desconforma-se com o disposto no § 1.º do art. 37 da Constituição da República. 2. Interpretação conforme à Constituição da República do § 6.º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal para que a divulgação de iniciativa de ato, programa, obra ou serviço público de que o parlamentar seja autor se realize com a finalidade exclusiva de informar ou educar e apenas pelos canais do próprio mandatário ou partido político, não se admitindo a sua confusão com a publicidade do órgão público ou entidade. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.” (ADI 6522, relatora Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 17/5/2021, DJe-101, publicado em 27/5/2021).
- 12 A LODF proíbe a nomeação, para cargos em comissão, de pessoas condenadas por crimes e ilícitos que ensejam a inelegibilidade eleitoral, sendo o rol de hipóteses que vedam a nomeação para cargos em comissão no DF mais amplo que o previsto para a vedação à nomeação no cargo de conselheiro do TCDF.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Para os cargos em comissão no DF, as hipóteses de vedação de nomeação em virtude de condenação são mais extensas do que a estabelecida para conselheiro do TCDF. Para os conselheiros, o art. 82, § 9º, da LODF prevê apenas a vedação de nomeação de pessoa condenada pela prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral. Para os cargos em comissão, por sua vez, além dessa hipótese, o art. 19, § 8.º, I a IV, da LODF elenca outros crimes comuns cuja condenação é fato impeditivo para a nomeação.
- 13 Os conselheiros do TCDF devem fazer declaração pública de bens não só no ato da posse e no término do exercício do cargo, mas também em todos os anos durante a ocupação do cargo.
JUSTIFICATIVA – CERTO. É o dispõe literalmente o art. 19, § 3.º, VII, da LODF conjugado com o seu art. 82, § 7º:
“Art. 19 (...) § 3.º São obrigados a fazer declaração pública anual de seus bens, sem prejuízo do disposto no art. 97, os seguintes agentes públicos:
(...)
VII Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
(...)
Art. 82. (...)
§ 7.º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal farão declaração pública de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo.”.
-
- No que se refere às normas orçamentárias e financeiras constantes da LODF, julgue os próximos itens.
- 14 Os pagamentos das remunerações de qualquer natureza devidas pelo DF aos seus servidores e empregados públicos serão efetuados pelo Banco de Brasília S/A.
JUSTIFICATIVA – CERTO. A assertiva está prevista no art. 144, § 4.º, da LODF:
“Art. 144 (...)
§ 4.º Os pagamentos das remunerações, de qualquer natureza, devidas pelo Distrito Federal aos servidores da administração direta, aos servidores das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, bem como aos empregados das demais entidades em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, serão efetuados pelo Banco de Brasília S/A – BRB, para concretizar-lhe e preservar-lhe a função social.”.
- 15 A lei orçamentária anual (LOA) do DF deverá ser detalhada por região administrativa, porém, em virtude da pequena extensão territorial do DF, não é expressamente prevista para a LOA a função de reduzir as desigualdades inter-regionais.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. O art. 149, § 10, da LODF estabelece que uma das funções da LOA é reduzir as desigualdades inter-regionais do DF:
“Art. 149 (...)
§ 10. O orçamento anual deverá ser detalhado por Região Administrativa e terá entre suas funções a redução das desigualdades inter-regionais.”.

16 Tal qual ocorre com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Defensoria Pública do Distrito Federal, devem ser repassados duodécimos às regiões administrativas até o dia 20 de cada mês.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. As regiões administrativas do DF não dispõem de autonomia orçamentária e financeira, razão pela qual não recebem duodécimos, conforme o art.145 da LODF.

Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal (Lei Complementar n.º 840/2011), julgue os itens a seguir.

17 Se um servidor público for exonerado do cargo e, posteriormente, for aplicada a ele a pena de demissão, a exoneração será convertida na sanção disciplinar de demissão.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Haverá conversão da exoneração em demissão quando esta for aplicada ao servidor após ele ter sido exonerado, nos termos do § 2.º do art. 202 da LC n.º 840/2011.

18 Tanto ao servidor público matriculado em curso da educação básica quanto ao matriculado em curso da educação superior poderá ser concedido horário especial, se houver incompatibilidade entre o horário de aula e o da unidade administrativa onde trabalham, sem que haja prejuízo do exercício do cargo.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Segundo o artigo 61, III, da LC n.º 840/2011, poderá ser concedido horário especial ao servidor matriculado em curso da educação básica e da educação superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da unidade administrativa, sem prejuízo do exercício do cargo.

19 É vedada a incorporação de parcelas remuneratórias como gratificações, adicionais e indenizações ao vencimento do servidor público.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo o artigo 74, § 1.º, da LC n.º 840/2011, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento, nos casos e nas condições indicados em lei.

20 Não são acumuláveis os adicionais de insalubridade e periculosidade na remuneração do servidor público.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Segundo o artigo 79, § 1.º, da LC n.º 840/2011, o servidor que faz jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade tem de optar por um deles.

21 O cancelamento da punição disciplinar de suspensão aplicada a um servidor público terá efeitos retroativos, com registro em certidão formal.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O cancelamento de sanção disciplinar não surte efeitos retroativos, nos termos do artigo 201 da LC n.º 840/2011.

22 No caso de servidor público que responde a processo administrativo e criminal por conduta praticada no exercício da função, sua responsabilidade administrativa será afastada caso ele seja absolvido criminalmente por falta de provas, após o trânsito em julgado.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A responsabilidade administrativa é afastada nos casos de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, nos termos do artigo 181 da LC n.º 840/2011.

comparativo da população da capital federal Brasília e os municípios do entorno do Distrito Federal com maior população				
	município	UF	censo 2010 hab.	censo 2022 hab.
1	Brasília	DF	2.570.160	2.817.068
2	Águas Lindas de Goiás	GO	159.378	225.671
3	Luziânia	GO	174.531	208.725
4	Valparaíso de Goiás	GO	132.982	198.861
5	Planaltina de Goiás	GO	81.649	105.031
6	Novo Gama	GO	95.018	103.804
7	Cidade Ocidental	GO	55.915	91.767
8	Santo Antônio do Descoberto	GO	63.248	72.134
9	Padre Bernardo	GO	27.761	34.967

Internet: <ibge.gov.br> (com adaptações).

Em relação aos dados apresentados na tabela precedente e a outros aspectos relevantes da realidade geográfica da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

23 Brasília, considerada a principal cidade da RIDE, tornou-se a terceira maior cidade do país e apresenta um crescimento demográfico desde a sua fundação até os dias atuais.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Segundo dados do Censo 2022, Brasília se tornou oficialmente a terceira maior cidade brasileira, com um crescimento de 9,52% na última década.

24 Os dados da tabela evidenciam que todos os grandes municípios do Entorno tiveram um crescimento de sua população total por diversos motivos, tais como: migração, programas habitacionais e busca por menor custo de vida.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Praticamente todos os grandes municípios do Entorno cresceram mais que o Distrito Federal, segundo dados do Censo 2022. Um exemplo é a Cidade Ocidental, que cresceu 6 vezes mais que Brasília na última década e conta atualmente com uma população de 91.767. O crescimento pode ser observado a partir dos dados da tabela.

25 A RIDE é formada apenas por municípios goianos conurbados à mancha urbana do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A região do Entorno do DF é composta por municípios goianos e mineiros que fazem divisa com o Distrito Federal ou estão próximos a ele. Essa região tem uma população de cerca de 1,2 milhão de habitantes e uma taxa média de crescimento anual de 2,3%, acima da média nacional (0,8%) e da média estadual (1,2%).

A respeito do II Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023), que objetiva o planejamento e a execução de políticas públicas que garantam a igualdade das mulheres e combatam a discriminação de gênero no Distrito Federal, julgue os seguintes itens.

26 Mulheres negras, lésbicas e transexuais, de todas as idades, são vítimas de violência de gênero em suas mais diversas formas.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Os segmentos populacionais das mulheres negras, lésbicas, transexuais, de todas as idades — meninas, jovens, adultas ou idosas —, encontram-se expostas às diferentes formas de violência mais graves e explosivas se comparadas às formas de violência comumente existentes em qualquer sociedade. Ou seja, tais questões são agravantes no que se refere às violações de direitos humanos sofridas por essas mulheres.

27 O desemprego atinge de forma igualitária homens e mulheres, apesar de as mulheres sofrerem com menores salários que os dos homens.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo o resultado da Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF (PED/DF) referente a maio de 2021, a taxa de desemprego total encontra-se no patamar de 19,4%, entre maio e junho de 2020. Os homens estão na faixa de 16,5%, enquanto as mulheres estão em 22,6%.

Uma pesquisa de opinião será feita tendo como alvo uma população constituída por 1.000 pessoas. Por meio de um sistema de sorteio aleatório, uma amostra de 100 pessoas, sem reposição, será extraída dessa população.

A respeito da situação hipotética precedente, julgue os itens subsequentes.

28 A fração amostral é inferior a 0,01.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A fração amostral é

$$f = \frac{n}{N} = \frac{100}{1000} = 0,1.$$

Portanto, a fração amostral não pode ser inferior a 0,01.

29 Nesse método de amostragem, há $d = 1.000^{100}$ diferentes amostras possíveis, de modo que a probabilidade de seleção de um grupo particular de 100 pessoas deve ser igual a 1.000^{-100} .

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Tratando-se de uma amostragem aleatória simples sem reposição de tamanho $n = 100$ extraída de uma população de tamanho $N = 1.000$ pessoas, há $\binom{N}{n} = \binom{1000}{100}$ configurações amostrais possíveis. Cada configuração particular possui probabilidade de seleção igual a $\left(\frac{1000}{100}\right)^{-1}$. De fato, essa é uma característica fundamental da amostragem aleatória simples sem reposição.

O conjunto Ω representa o espaço amostral de um experimento aleatório. Considerando quatro eventos aleatórios $A, B, C, D \subset \Omega$, tais que A e B sejam eventos independentes, $C \subset A$ e $A \cap D = \emptyset$, julgue os itens a seguir, sabendo que $P(A) = 0,4$, $P(B) = 0,3$, $P(C) = 0,2$ e $P(D) = 0,1$.

30 $P(A \cup B) + P(A \cup C) + P(A \cup D) = 1,48$.

JUSTIFICATIVA – CERTO.

$$\begin{aligned} P(A \cup B) + P(A \cup C) + P(A \cup D) &= \\ P(A) + P(B) - P(A)P(B) + P(A) + P(A) + P(D) &= \\ 0,4 + 0,3 - 0,4 \times 0,3 + 0,4 + 0,4 + 0,1 &= 1,48. \end{aligned}$$

31 $P(A|B) + P(A|C) + P(A|D) = 1,4$.

JUSTIFICATIVA – CERTO.

$$\begin{aligned} P(A|B) + P(A|C) + P(A|D) &= \\ \frac{P(A \cap B)}{P(B)} + \frac{P(A \cap C)}{P(C)} + \frac{P(A \cap D)}{P(D)} &= \\ P(A) + 1 + 0 &= 1,4. \end{aligned}$$

operação lógica	símbolo
conjunção	\wedge
disjunção	\vee
negação	\sim
condicional	\Rightarrow
bicondicional	\Leftrightarrow

Considerando que as proposições lógicas simples sejam representadas por letras maiúsculas e que os símbolos lógicos usuais estejam representados conforme a tabela precedente, julgue os próximos itens, relacionados à proposição lógica $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$.

32 A proposição lógica $P \wedge (R \wedge Q)$ é equivalente à negação da proposição $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$.

JUSTIFICATIVA – CERTO. $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q) \Leftrightarrow \sim(P \wedge R) \vee (\sim Q)$.

A negação será $\sim(\sim(P \wedge R)) \wedge \sim(\sim Q) \Leftrightarrow (P \wedge R) \wedge Q \Leftrightarrow P \wedge (R \wedge Q)$.

33 Considere-se que as primeiras três colunas da tabela-verdade referente à proposição lógica $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$ sejam as apresentadas a seguir.

P	R	Q
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nessa situação, é correto afirmar que a sequência de valores V ou F, tomados de cima para baixo, da última coluna dessa tabela-verdade será F V V V F V V V.

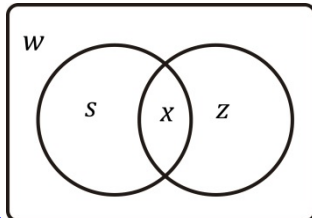
JUSTIFICATIVA – ERRADO. A última coluna da tabela-verdade refere-se a $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$, conforme a tabela seguinte.

P	R	Q	$\sim Q$	$P \wedge R$	$(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$
V	V	V	F	V	F
V	V	F	V	V	V
V	F	V	F	F	V
V	F	F	V	F	V
F	V	V	F	F	V
F	V	F	V	F	V
F	F	V	F	F	V
F	F	F	V	F	V

Em determinada data, 450 processos concluídos foram enviados para o arquivo geral. Verificou-se que 300 desses processos eram ou exclusivamente relacionados à área de saúde ou exclusivamente relacionados à área de infraestrutura, 210 não eram relacionados à área de infraestrutura e 160 eram relacionados à área de saúde.

Em relação à situação hipotética precedente e às operações com conjuntos, julgue os itens a seguir.

- 34 O número de processos relacionados à área de infraestrutura é superior a 200.



JUSTIFICATIVA –

CERTO. Representando a situação na forma do diagrama de Venn e delimitando S como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à área da saúde, Z como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à área da infraestrutura, X como a interseção desses conjuntos e W como o conjunto de processos que não estão relacionados a nenhuma das duas áreas, o número de processos relacionados à área de infraestrutura ($X + Z$) é dado por:

$$W + S + X + Z = 450$$

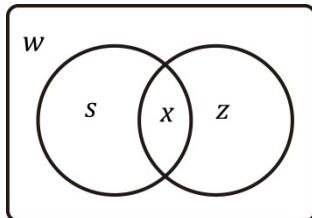
$$W + S = 210$$

Substituindo-se ($W + S$) em $W + S + X + Z = 450$:

$$210 + X + Z = 450$$

$$X + Z = 450 - 210 = 240.$$

- 35 O número de processos que não estão relacionados nem à área de saúde e nem à área de infraestrutura é inferior a 90.



JUSTIFICATIVA –

ERRADO. Representando a situação na forma do diagrama de Venn e delimitando S como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à área da saúde, Z como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à área da infraestrutura, X como a interseção desses conjuntos e W como o conjunto de processos que não estão relacionados a nenhuma das duas áreas, o valor de W será dado por:

$$W + S = 210$$

$$S + X = 160 \rightarrow X = 160 - S$$

$$S + Z = 300 \rightarrow Z = 300 - S$$

$$W + S + X + Z = 450$$

Substituindo-se ($W + S$), X e Z em $W + S + X + Z = 450$:

$$210 + (160 - S) + (300 - S) = 450$$

$$670 - 2S = 450$$

$$-2S = 450 - 670 = -220$$

$$S = 110$$

Substituindo-se S em $W + S = 210$:

$$W + 110 = 210$$

$$W = 210 - 110 = 100$$

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I --

No que concerne aos tipos de controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

36 A fiscalização e a correção dos atos do Poder Executivo só são executadas por órgãos pertencentes à estrutura do órgão responsável pela atividade controlada, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos.

JUSTIFICATIVA – Errado. Controle externo é o efetivado por órgão ou Poder não pertencente à estrutura do órgão ou Poder responsável pela atividade controlada.

37 Direito de petição, reclamação, representação e pedido de reconsideração são instrumentos utilizados para o exercício do controle externo mediante provocação.

JUSTIFICATIVA – Certo. O controle interno, assim como o externo, pode ser exercido mediante provocação. Os instrumentos mais utilizados e geralmente citados na doutrina para esse exercício podem ser assim compreendidos: direito de petição, reclamação, recursos administrativos, representação, pedido de reconsideração, recurso hierárquico, pedido de revisão e processo administrativo.

A respeito do controle parlamentar e do controle administrativo, julgue os próximos itens.

38 Decorrente do poder hierárquico, que faculta à administração pública a possibilidade de escalonar sua estrutura, a fiscalização hierárquica pode ser realizada a qualquer tempo, antes ou depois da edição do ato, e independentemente de qualquer provocação.

JUSTIFICATIVA – Certo. A fiscalização hierárquica decorre do poder hierárquico, que faculta à administração pública a possibilidade de escalonar sua estrutura, vinculando uns a outros e permitindo a ordenação, coordenação, orientação de suas atividades. A fiscalização hierárquica pode ser realizada a qualquer tempo, antes ou depois da edição do ato, e independentemente de qualquer provocação.

39 Constitui hipótese de controle político a competência do Senado Federal para dispor, por proposta do presidente da República, sobre limites globais e condições para operações de crédito externo e interno da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA – Certo. É considerada hipótese de controle político a competência do Senado para dispor sobre limites globais e condições para operação de crédito externo e interno da União, dos estados, dos municípios, do DF, suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal (art. 52, VII, da Constituição Federal de 1988).

Com relação ao controle judicial da administração pública, julgue os itens que se seguem.

40 Devido a seu elevado grau de discricionariedade, os atos políticos, quando arguidos de lesivos ao patrimônio público, são afastados da apreciação judicial.

JUSTIFICATIVA – Errado. Atos políticos são os que, praticados por agente do governo, no uso de competência constitucional, se fundam na ampla liberdade de apreciação da conveniência ou oportunidade de sua realização, sem se aterem a critérios jurídicos preestabelecidos. São atos governamentais, e não apenas de administração. São atos de condução dos negócios públicos, e não simplesmente de execução de serviços públicos. Daí sua maior discricionariedade e, conseqüentemente, as maiores restrições para o controle judicial. Nem por isso, contudo, afastam a apreciação da justiça quando arguidos de lesivos a direito individual ou ao patrimônio público.

41 Compete ao Poder Judiciário o monopólio da jurisdição, sendo admitido o contencioso administrativo nas decisões sempre que houver desvio da finalidade pública ou imprecisão da lei.

JUSTIFICATIVA – Errado. A Constituição Federal de 1988, no inciso XXXV do artigo 5.º, determina que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” Assim, a primeira garantia que o texto revela é a de que cabe ao Poder Judiciário o monopólio da jurisdição, pois sequer se admite o contencioso administrativo que estava previsto na Constituição anterior, revogada. O Brasil adota o sistema da jurisdição única, assim todos os litígios, independentemente de quem figure como parte, serão resolvidos perante o Poder Judiciário. Não há, portanto, espaço para se falar em contencioso administrativo no Brasil.

Julgue os itens subsequentes com base na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992.

42 Sempre que o ato de improbidade for praticado em prejuízo de um ministério, uma secretaria de estado ou uma secretaria municipal, o sujeito passivo será a União.

JUSTIFICATIVA – Errado. Sempre que o ato de improbidade for praticado em prejuízo de um Ministério (órgão da União), o sujeito passivo será a União; se houver ato de improbidade contra uma secretaria de estado (órgão do estado), a vítima será o estado; se o ato ímprobo for praticado contra uma secretaria municipal (órgão do município), o município será o sujeito passivo.

43 Os atos de improbidade causados por ações concretas de agentes públicos são passíveis de prescrição.

JUSTIFICATIVA – Errado. A lesão ao erário a que se refere o artigo 10 da Lei de Improbidade Administrativa pode ser causada tanto por ação como por omissão. Os atos praticados pelos agentes públicos que causem prejuízo ao erário são imprescritíveis, isto é, podem ser cobrados a qualquer tempo, inclusive após a morte do responsável.

Acerca das competências dos tribunais de contas, julgue os itens subsequentes.

44 Compete aos tribunais de contas o julgamento das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, sendo excluída da decisão a possibilidade de o recorrente pedir a apreciação do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA – Errado. Segundo o art. 71, II, da Constituição Federal de 1988, compete ao tribunal de contas “julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público”. Esse dispositivo prevê o julgamento pelo tribunal de contas em última instância dentro da administração, entretanto não poderá excluir da decisão a possibilidade de o recorrente pedir a apreciação do Poder Judiciário.

45 Compete aos tribunais de contas decretar a anulação de atos e contratos de órgão jurisdicionado eivados de vícios.

JUSTIFICATIVA – Errado. Não compete aos tribunais de contas tal atribuição. A anulação pode ser feita tanto pelo Poder Judiciário quanto pela administração pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, de acordo com entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal. O tribunal de contas fiscaliza atos que geram despesa, como licitações e contratos, para verificar o uso correto dos recursos. Nesses casos, quando encontra alguma impropriedade ou irregularidade, determina correção das falhas ou providências para melhorar o desempenho da gestão.

À luz da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal — Lei Complementar n.º 1/1994 —, julgue os itens a seguir.

- 46** O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem a responsabilidade de fiscalizar exclusivamente a aplicação de recursos repassados ao Distrito Federal mediante convênio ou acordo.

JUSTIFICATIVA – Errado. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal: “Art. 1.º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei, compete: (...) VI fiscalizar as aplicações do Poder Público em empresas de cujo capital social o Distrito Federal participe de forma direta ou indireta, nos termos do respectivo ato constitutivo; VII fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;”.

- 47** Compete ao Tribunal de Contas do Distrito Federal realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de estimativa, lançamento, arrecadação, recolhimento, parcelamento e renúncia de receitas.

JUSTIFICATIVA – Certo. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal: “Art. 1.º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei, compete: (...) V realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta: a) da estimativa, lançamento, arrecadação, recolhimento, parcelamento e renúncia de receitas.”.

- 48** A jurisdição do Tribunal de Contas do Distrito Federal abrange os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições e prestem serviço de interesse público ou social.

JUSTIFICATIVA – Certo. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal: “Art. 6.º A jurisdição do Tribunal abrange: (...) IV os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições e prestem serviço de interesse público ou social.”.

- 49** Os serviços auxiliares são responsáveis por fornecer suporte técnico e executar os serviços administrativos do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA – Certo. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal: “Art. 77. Aos Serviços Auxiliares incumbe a prestação de apoio técnico e a execução dos serviços administrativos do Tribunal de Contas.”.

- 50** Os conselheiros, em suas ausências ou impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, desde que por prazo superior a trinta e cinco dias, poderão ser substituídos pelos auditores, observada a ordem de antiguidade no cargo.

JUSTIFICATIVA – Errado. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal: “Art. 63. Os Conselheiros, em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, por prazo superior a trinta dias, poderão ser substituídos, mediante convocação do Presidente do Tribunal, pelos Auditores, observada a ordem de antiguidade no cargo, ou a maior idade, no caso de idêntica antiguidade.”.

Consoante as normas vigentes do ordenamento jurídico brasileiro sobre previdência social, julgue os itens a seguir.

- 51** No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF), o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental é feito somente ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Ao julgar o Tema n.º 1.096, de repercussão geral, o STF declarou inconstitucional o § 7.º do art. 18 da Lei Complementar n.º 769/2008 do Distrito Federal. (EMENTA: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO DEVIDO À DOENÇA MENTAL INCAPACITANTE. LEI COMPLEMENTAR DO DISTRITO FEDERAL QUE DETERMINA O PAGAMENTO DA APOSENTADORIA AO CURADOR. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. RELEVÂNCIA SOCIAL E JURÍDICA. CONVENÇÃO DE NOVA YORK (ART. 5.º, § 3.º CF/1988). RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PROVIDO. FIXAÇÃO DE TESE DE REPERCUSSÃO GERAL. I O pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez ao curador, independentemente de qualquer análise acerca da capacidade do curatelado para prática de atos da vida civil, afronta o postulado da dignidade da pessoa humana e o princípio da proporcionalidade. II Aplicação da Teoria das Incapacidades, inserida em nosso ordenamento pela Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada na cidade de Nova York, em 30 de março de 2007, que foi aprovada pelo Decreto Legislativo 186/2008, nos termos do art. 5.º, § 3.º, da Constituição Federal de 1988. III Inconstitucionalidade do § 7.º do art. 18 da Lei Complementar 769/2008 do Distrito Federal. IV Recurso extraordinário conhecido e provido. V Fixação da tese de Repercussão Geral: ‘A enfermidade ou doença mental, ainda que tenha sido estabelecida a curatela, não configura, por si, elemento suficiente para determinar que a pessoa com deficiência não tenha discernimento para os atos da vida civil’.)

- 52** Considere-se que um empresário que sempre pagou suas contribuições previdenciárias regularmente tenha sido empossado como secretário de turismo do Distrito Federal. Nesse caso, a partir da investidura no cargo, o novo secretário se filiou ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF).

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O cargo de secretário de turismo do Distrito Federal é um cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração. Nos termos da Lei Complementar distrital n.º 769/2008: “Art. 1.º (...) § 1.º Não integram o RPPS/DF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outros cargos temporários ou de empregos públicos.”.

- 53** O aporte de recursos pelos participantes da previdência complementar, a título de contribuição facultativa, não implica obrigação do patrocinador de realizar uma contrapartida.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Na previdência complementar, não há contrapartida do patrocinador em relação às contribuições facultativas realizadas pelos participantes. Nos termos da Lei Complementar n.º 108/2001: “Art. 6.º (...) § 2.º Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, sem contrapartida do patrocinador.”.

54 Considere-se que um analista administrativo do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), participante da previdência complementar, tenha sido cedido para assumir uma diretoria de uma sociedade de economia mista federal. Nessa situação, salvo manifestação expressa em contrário, ele permanecerá como participante da previdência complementar do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Um participante da previdência complementar do Distrito Federal, salvo manifestação expressa em contrário, permanecerá na previdência complementar se for cedido à administração pública da União. Nos termos da Lei Complementar Distrital n.º 932/2017: “Art. 7.º Salvo manifestação expressa em contrário, permanece na previdência complementar do Distrito Federal o participante que: I for cedido a outro órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal, da União, dos estados ou dos municípios;”.

55 A contribuição normal do patrocinador para a previdência complementar não incide sobre o décimo terceiro salário nem sobre o adicional de férias.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Sobre o décimo terceiro salário incide a contribuição normal do patrocinador, nos termos da Lei Complementar Distrital n.º 932/2017: “Art. 10. A contribuição normal do participante e do patrocinador para a previdência complementar incide sobre o subsídio ou a remuneração do cargo público efetivo que exceda ao teto do salário de contribuição do regime geral de previdência social. (...) § 2.º Sobre o décimo terceiro salário incide a contribuição do participante e do patrocinador nos mesmos parâmetros definidos por este artigo e pelo art. 11.”.

Em relação à seguridade social, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a aspectos relacionados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS), julgue os seguintes itens.

56 A universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social é organizada pelo poder público, nos termos da lei.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base, entre outros objetivos, na universalidade da cobertura e do atendimento, conforme parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal de 1988.

57 A seguridade social compreende ações da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Constituição Federal de 1988: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”.

58 Conforme a Lei n.º 8.213/1991, o segurado tem direito à desavervação do tempo de contribuição em regime próprio de previdência social se o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias a ele (servidor público) em atividade.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A Lei n.º 8.213/1991 expressamente veda o servidor público ativo de desaverbar o tempo de contribuição em regime próprio de previdência social quando o tempo averbado tiver gerado concessão de vantagens remuneratórias. Nos termos da Lei n.º 8.213/1991: “Art. 96 (...) VIII é vedada a desavervação de tempo em regime próprio de previdência social quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade;”.

59 Um servidor efetivo do Distrito Federal afastado para exercer mandato eletivo federal na Câmara dos Deputados é considerado segurado obrigatório do RGPS.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo a Lei n.º 8.213/1991, se o segurado permanecer vinculado ao regime próprio de previdência social, e há essa possibilidade no RPPS/DF, ele não será segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social. Nos termos da Lei n.º 8.213/1991: “Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: I como empregado: (...) h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;”.

60 Suponha-se que um casal de seguradas do RPPS/DF que vive em união homoafetiva tenha adotado um bebê. Nesse caso, por força de norma expressa na Lei n.º 8.213/1991, somente uma delas poderá receber salário-maternidade.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A Lei n.º 8.213/1991 expressamente determina que, no caso de adoção, apenas um dos cônjuges ou companheiros vinculados a regime próprio de previdência social poderá receber o pagamento de salário-maternidade. Nos termos da Lei n.º 8.213/1991: “Art. 71-A. Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias. (...) §2.º Ressalvado o pagamento do salário-maternidade à mãe biológica e o disposto no art. 71-B, não poderá ser concedido o benefício a mais de um segurado, decorrente do mesmo processo de adoção ou guarda, ainda que os cônjuges ou companheiros estejam submetidos a Regime Próprio de Previdência Social.”.

Considerando que $\sqrt{1,44} = 1,2$, julgue os itens a seguir, relativos a capitalização, descontos e taxas de juros.

61 Uma taxa nominal de 16,2% ao ano, com capitalização mensal, produz uma taxa efetiva de $[(1,35^{12} - 1) \times 100]\%$ ao ano.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Taxa efetiva nesta situação será dada por

$$i_f = \left[\left(1 + \frac{0,162}{12} \right)^{12} - 1 \right] \cdot 100 \\ \approx 17,46\%.$$

Observe que o valor apresentado no item forneceria a taxa efetiva para 35% ao mês, o que não é o caso.

62 Se um título com valor de resgate de R\$ 50.000 for resgatado, 3 meses antes de seu vencimento, pelo valor de R\$ 44.750, então a taxa de desconto bancário desse título será superior a 3%.

JUSTIFICATIVA – CERTO. O valor do desconto foi

$$d_f = 50.000 - 44.750 = 5.250.$$

Neste caso, a taxa de desconto “por fora” será

$$5.250 = 500.00 \times i \times 3 \Rightarrow i = \frac{5.250}{150.000} = 0,035. \text{ Ou seja, } 3,5\%.$$

Outra forma de observar que o item é certo é testar a taxa 3% informada no item, que iria fornecer

$$d_f = 50.000 \times 0,03 \times 3 = 4.500$$

que é menor que o desconto obtido, logo a taxa de desconto deve ser maior que 3%.

- 63 Considere-se que duas taxas de juros i_b e i_q sejam equivalentes e que, se aplicadas ao mesmo capital durante o mesmo período, produzirão o mesmo montante. Nessa situação, a taxa de juros $i_q = 44\%$ ao quadriênio será equivalente à taxa $i_b = 20\%$ ao biênio, quando considerada a capitalização composta.

JUSTIFICATIVA – CERTO. As taxas são equivalentes uma vez que

$$\begin{aligned}i_b &= (\sqrt[4]{1 + 0,44} - 1) \cdot 100 \\i_b &= (\sqrt[4]{1,44} - 1) \cdot 100 \\i_b &= (1,2 - 1) \cdot 100 \\i_b &= 0,2 \cdot 100 \\i_b &= 20\%.\end{aligned}$$

- 64 Caso o preço de um produto tenha sofrido dois descontos sucessivos de 10% e, em seguida, um aumento de 20%, então, ao final, o preço desse produto terá tido um desconto inferior a 3%.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Sendo P o preço do produto, então após os descontos e aumento o preço será

$$N = 0,9 \cdot 0,9 \cdot 1,2P = 0,972P = P - 2,8\%P.$$

Portanto, o preço sofreu um desconto ao final de 2,8%.

Acerca dos custos dos empréstimos e seus sistemas de amortização, julgue os itens que se seguem.

- 65 Considere-se que tenha sido financiado pelo sistema americano de amortização um bem no valor de R\$ 335.000, a ser pago em três anos, com taxa de juros de 10% ao ano, e que, nesse financiamento, os juros tenham sido pagos periodicamente a cada ano. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a tabela subsequente fornece a planilha financeira correta desse financiamento.

período	saldo devedor	amortização	juros	prestação
0	R\$ 335.000	—	—	—
1	R\$ 335.000	—	R\$ 33.500	R\$ 33.500
2	R\$ 335.000	—	R\$ 36.850	R\$ 36.850
3	—	R\$ 335.000	R\$ 40.535	R\$ 375.535
total	—	R\$ 335.000	R\$ 110.885	R\$ 447.385

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O sistema americano de amortização é caracterizado pelo pagamento de uma única parcela ao final do período contratado, sendo comum que os juros sejam pagos periodicamente, como mostrado na tabela. No item, por outro lado, é apresentado um cálculo errado para os juros. Os juros são calculados em cima do saldo devedor que permanece constante ao longo do período contratado, isto é, os juros são constantes e dados por R\$ 33.500.

- 66 Se um financiamento de R\$ 240.000 contratado com taxa de juros de 2% ao mês for liquidado pelo sistema de amortização constante (SAC) em 12 prestações, então o valor da quinta prestação será igual a R\$ 22.800.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Neste sistema a amortização é constante e igual a $A = 20.000$. Além disso, os juros formam uma progressão aritmética de razão $r = -400 = 2\% \times 20.000$. Nesta situação, a 5.ª parcela será:

$$\begin{aligned}p_5 &= 20.000 + 4.800 - 400 \cdot (5 - 1) \\&= 23.200.\end{aligned}$$

- 67 Caso um empréstimo de R\$ 144.000, a ser liquidado em 6 meses, tenha taxa de juros de 1% ao mês, então a amortização A da primeira parcela será dada pela expressão $A = \frac{1.440}{1,01^6 - 1}$.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A amortização é dada pela diferença entre a prestação e os juros. Neste caso, teremos

$$\begin{aligned}A &= 144.000 \times 0,01 \times \frac{1,01^6}{1,01^6 - 1} - 144.000 \times 0,01 \\&= 1.440 \times \frac{1,01^6}{1,01^6 - 1} - 1.440 \times \frac{1,01^6 - 1}{1,01^6 - 1} \\&= \frac{1.440}{1,01^6 - 1}.\end{aligned}$$

- 68 Suponha-se que um empresário tenha contraído um empréstimo de R\$ 300.000, a ser pago em dois anos, com taxa de juros de 10% ao ano, e que, na data da obtenção do crédito, tenham sido incluídos no valor a ser emprestado uma taxa de abertura de crédito de R\$ 9.000 e mais R\$ 3.000 de impostos. Nesse caso, o custo efetivo total da operação de crédito terá sido inferior a 25%.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O valor a ser pago ao final do empréstimo pelo empresário é

$$M = 300.000 \times (1,1)^2 = 363.000.$$

No entanto, o valor líquido dessa operação de crédito será

$$L = 300.000 - 9.000 - 3.000 = 288.000.$$

O custo efetivo total será dado por

$$\frac{M}{L} = \frac{363}{288} = \frac{121}{96} = 1 + \frac{25}{96} > 1,25,$$

uma vez que $25/96 > 0,25$. Isto é, CET=26%.

A respeito de rendas uniformes e variáveis, julgue os itens seguintes.

- 69 Caso uma operação de empréstimo no valor de R\$ 500.000 seja liquidada em duas parcelas anuais e consecutivas de, respectivamente, R\$ 300.000 e R\$ 360.000, então a taxa de juros anual desse empréstimo será de 20%.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Basta notar que

$$\frac{300.000}{1,2} + \frac{360.000}{1,44} = 250.000 + 250.000 = 500.000.$$

- 70 Se um investidor aplicar mensalmente R\$ 1.000 em um investimento que rende 1% de juros ao mês, então, no período de um ano, o montante M acumulado, em reais, será igual a $M = 10.000 \times (1,01^{12} - 1)$.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O montante será dado por

$$\begin{aligned}M &= 1.000 + 1.000 \cdot (1,01) + 1.000 \cdot (1,01)^2 + \dots + 1.000 \\&\quad \cdot (1,01)^{11} \\&= 1.000(1 + 1,01 + 1,01^2 + \dots + 1,01^{11}) \\&= 1.000 \cdot \frac{1,01^{12} - 1}{1,01 - 1} \\&= 100.000 \cdot (1,01^{12} - 1).\end{aligned}$$

Um pesquisador deseja avaliar a significância estatística da diferença entre as médias amostrais produzidas por dois conjuntos de dados, amostras 1 e 2, conforme mostra o quadro a seguir. Esses conjuntos de dados foram obtidos por amostragem aleatória de populações normais, sendo que a primeira amostra foi retirada da população $N(\mu_1, \sigma^2)$, e a segunda foi extraída da $N(\mu_2, \sigma^2)$. As duas amostras são independentes e possuem tamanhos distintos: 21 e 31, respectivamente. O quadro também apresenta duas estimativas diferentes para a variância populacional σ^2 : 5 (amostra 1) e 10 (amostra 2). Nessas condições, o pesquisador deseja testar a hipótese nula $H_0: \mu_1 = \mu_2$ contra a hipótese alternativa $H_1: \mu_1 \neq \mu_2$ mediante aplicação do teste (paramétrico) t de *Student* para comparação de duas médias.

amostra	tamanho da amostra	média amostral	variância amostral
1	21	12	5
2	31	15	10

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens.

- 71** A avaliação da significância estatística da diferença entre as médias amostrais produzidas por esses dois conjuntos de dados deve ser feita com base na distribuição t de *Student* com 50 graus de liberdade.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Trata-se de uma aplicação do teste paramétrico t de *Student* para comparação de duas médias populacionais, cuja hipótese nula é $H_0: \mu_1 = \mu_2$. As duas amostras são independentes, com tamanhos amostrais distintos. Por outro lado, elas foram extraídas de populações normais com variâncias em comum, iguais a σ^2 . Nessas condições, a estatística do teste (ou razão t) segue distribuição t de *Student* com $21 + 31 - 2 = 50$ graus de liberdade.

- 72** Sob a hipótese nula $H_0: \mu_1 = \mu_2$, as amostras são combinadas para se obter uma estimativa comum para a variância populacional σ^2 , e o valor dessa estimativa combinada é igual a 8.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Sob a hipótese nula $H_0: \mu_1 = \mu_2$, ambas as amostras são extraídas da mesma população normal. A partir das variâncias amostrais apresentadas no quadro, tem-se que a soma de quadrados das variações dos dados em torno das médias correspondentes é igual a

$$(21 - 1) \times 5 + (31 - 1) \times 10 = 400.$$

Dessa forma, a média dos quadrados dessas variações,

$$400 / (21 - 1 + 31 - 1) = 8,$$

representa uma estimativa de σ^2 .

- 73** O referido teste de hipóteses é unilateral à esquerda, pois a diferença entre as médias é negativa.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Como a hipótese alternativa $H_1: \mu_1 \neq \mu_2$ remete a duas regiões de rejeição da hipótese nula, o referido teste de hipóteses deve ser bilateral.

- 74** A estimativa da variância da diferença entre as médias amostrais é igual a $\frac{5}{21} + \frac{10}{31}$.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A estatística do teste é dada pela expressão

$$t = (12 - 15) / \sqrt{v^2},$$

em que v^2 denota a estimativa da variância da diferença entre as médias amostrais. A expressão para o cálculo dessa estimativa depende das condições do problema. A expressão apresentada no item refere-se à situação na qual as variâncias populacionais são diferentes.

O conjunto de dados $\{1, 0, 5, 2, 4\}$ é uma amostra retirada aleatoriamente de uma população binomial com parâmetros n e p , em que n representa o número de ensaios independentes de Bernoulli e p denota a probabilidade de sucesso em um ensaio de Bernoulli.

A partir dessas informações, julgue os itens subsequentes, considerando que n e p são parâmetros desconhecidos.

- 75** A variância populacional pode ser superior a $n/2$.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A variância populacional de uma distribuição de Binomial (n, p) é

$$\sigma^2 = np(1 - p).$$

Como

$$0 \leq p(1 - p) \leq 1/4,$$

a variância populacional não poderia ser superior a $n/4$. Portanto, não seria possível haver variância populacional superior a $n/2$ em uma população Binomial.

- 76** A estimativa pontual da média populacional proporcionada pelo método dos momentos é igual a 2,4.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Se X segue distribuição de Binomial (n, p) , a média populacional é $E(X) = np$, sendo que n e p são desconhecidos. Pelo método dos momentos, é possível estabelecer uma relação na forma $\bar{X} = \hat{n}\hat{p}$, em que \bar{X} denota a média amostral e $\hat{n}\hat{p}$ representa o estimador do produto np . Portanto, estimativa pontual da média populacional proporcionada pelo método dos momentos é

$$(1 + 0 + 5 + 2 + 4) / 5 = 12 / 5 = 2,4.$$

- 77** A estimativa pontual do parâmetro n pode ser inferior a 5.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A estimativa do parâmetro n deve ser igual ou superior a 5, pois n denota o máximo valor possível de uma distribuição Binomial.

Considerando que X e Y sigam distribuições normais padrão e que a correlação linear entre ambas seja igual a -1 , julgue os seguintes itens.

- 78** A soma $X + Y$ segue distribuição normal com média zero e variância 2.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Por causa da correlação negativa, a variância da soma $X + Y$ é

$$\text{var}(X + Y) = \text{var}(X) + \text{var}(Y) + 2\text{cov}(X, Y) = 1 + 1 - 2 = 0.$$

Portanto, a soma possui variabilidade nula, e por isso, ela não poderia ser representada por uma distribuição normal com média zero e variância 2.

- 79** Se $W = 5X + 2$, então W segue distribuição normal com média igual a 2 e variância igual a 25.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Se $W = 5X + 2$, então W segue distribuição normal com média

$$E[W] = E[5X + 2] = 5E[X] + 2 = 2,$$

e variância

$$\text{var}[W] = \text{var}[5X + 2] = 25\text{var}[X] = 25.$$

- 80** $P(X > 0) + P(Y \leq 0) = 1$.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Como X e Y seguem distribuições normais padrão, temos

$$P(X > 0) = 0,5 \text{ e } P(Y \leq 0) = 0,5.$$

Logo,

$$P(X > 0) + P(Y \leq 0) = 1.$$

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II --

Acerca dos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF) e da eficácia das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 81** O pluralismo político é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

JUSTIFICATIVA – Errado. Segundo o art. 1.º, V, da Constituição Federal de 1988, o pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e não um princípio que rege suas relações internacionais.

- 82** A norma que prevê a participação do trabalhador nos lucros ou resultados da empresa, de forma desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei, tem eficácia limitada.

JUSTIFICATIVA – Certo. A participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (art. 7.º, XI, da CF), observando-se que já existe ato normativo que concretiza o direito, é norma programática de eficácia limitada, segundo a doutrina.

- 83** Nem toda norma constitucional goza de eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA – Errado. Como regra geral, todas as normas constitucionais apresentam eficácia, algumas jurídica e social, outras apenas jurídica. Eficácia jurídica significa que a norma está apta a produzir efeitos na ocorrência de relações concretas, mas já produz efeitos jurídicos na medida em que a sua simples edição resulta na revogação de todas as normas anteriores que com ela conflitam.

No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem, à luz da CF e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 84** Para que seja publicada uma biografia, não é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas nem de seus familiares.

JUSTIFICATIVA – Certo. Para que seja publicada uma biografia, não é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas nem de seus familiares. Essa autorização prévia seria uma forma de censura, não sendo compatível com a liberdade de expressão consagrada pela CF. (STF. Plenário. ADI 4815/DF, rel. min. Carmen Lúcia, julgado em 10/6/2015).

- 85** A prestação de assistência religiosa em instituições de internação coletiva, sejam elas de natureza civil ou militar, é proibida, em virtude do princípio da laicidade.

JUSTIFICATIVA – Errado. Conforme o art. 5.º, VII, da Constituição Federal de 1988: “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; (...)”.

- 86** Com o trânsito em julgado de uma condenação criminal, haverá a suspensão dos direitos políticos da pessoa condenada, independentemente de substituição da pena de prisão por pena restritiva de direitos.

JUSTIFICATIVA – Certo. A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, III, da Constituição Federal de 1988 aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Assim, havendo condenação criminal transitada em julgado, a pessoa condenada fica com seus direitos políticos suspensos tanto no caso de pena privativa de liberdade quanto na hipótese de substituição por pena restritiva de direitos. (STF. Plenário. RE 601182/MG, rel. min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. min. Alexandre de Moraes, julgado em 8/5/2019).

No que diz respeito à disciplina constitucional da emenda, da reforma e da revisão constitucional, bem como à organização político-administrativa do Estado, julgue os itens subsequentes, de acordo com a jurisprudência do STF.

- 87** O procedimento específico conhecido como dupla revisão pode alterar as cláusulas pétreas da CF.

JUSTIFICATIVA – Errado. O Brasil não adota a teoria da dupla revisão, que, inclusive, é entendida como uma limitação implícita ao poder de reforma constitucional. Além disso, no Supremo Tribunal Federal, prevalece o entendimento no sentido da impossibilidade da dupla revisão: “Ao Poder Legislativo, federal ou estadual, não está aberta a via da introdução, no cenário jurídico, do instituto da revisão constitucional.” (ADI 1.722-MC, rel. min. Marco Aurélio, julgamento em 10/12/1997, Plenário, DJ de 19/9/2003).

- 88** É constitucional lei estadual que torna obrigatória a assinatura física de idosos em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico com instituições financeiras.

JUSTIFICATIVA – Certo. É constitucional — haja vista a competência suplementar dos estados federados para dispor sobre proteção do consumidor (art. 24, V e § 2.º, da CF) — lei estadual que torna obrigatória a assinatura física de idosos em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico com instituições financeiras. Nesse sentido: ADI 7027, Plenário, Relator Min. Gilmar Mendes, acórdão publicado em 25/1/2023.

- 89** Para que sejam alterados os limites territoriais de um município, é necessária a realização de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos municípios envolvidos, nos termos da CF.

JUSTIFICATIVA – Errado. Para que sejam alterados os limites territoriais de um município, é necessária a realização de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, nos termos do art. 18, § 4.º, da CF. Nesse sentido: STF. Plenário. ADI 2921/RJ, rel. orig. min. Ayres Britto, red. p/ o ac. min. dias Toffoli, julgado em 9/8/2017 (Info 872).

A respeito das regras constitucionais referentes à administração pública, conforme a jurisprudência do STF, julgue os próximos itens.

- 90** Em caso de acumulação lícita de dois cargos públicos, é juridicamente possível que se receba um montante superior ao teto constitucional remuneratório.

JUSTIFICATIVA – Certo. Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988 pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. Nesse sentido: STF. Plenário. RE 612975/MT e RE 602043/MT, rel. min. Marco Aurélio, julgados em 26 e 27/4/2017 (repercussão geral), Info 862.

- 91** A estabilidade garantida à gestante, conforme estipulado na Constituição Federal de 1988, abrange também as ocupantes de cargos em comissão, estendendo-se desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

JUSTIFICATIVA – Certo. O STF entende que a garantia de estabilidade à gestante prevista na Constituição Federal de 1988 aplica-se aos casos de cargos em comissão, ou seja, de livre nomeação e livre exoneração (RE 420839 AgR, relator min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 20/3/2012, Acórdão Eletrônico DJe-081, divulgado em 25/4/2012, publicado em 26/4/2012).

Acerca do Poder Executivo, das comissões parlamentares de inquérito (CPI) e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens seguintes, com base na CF e no entendimento jurisprudencial do STF.

92 O texto constitucional atribui ao presidente da República imunidade material, garantindo sua inviolabilidade no que se refere às palavras e opiniões expressas.

JUSTIFICATIVA – Errado. A CF não garante imunidade material ao presidente da República. O presidente da República possui imunidade formal, mas não dispõe de imunidade material, isto é, ele não é inviolável, civil e penalmente, por suas manifestações, ainda que estritamente ligadas ao exercício de suas funções presidenciais. As regras sobre a imunidade formal em relação à prisão, bem como aquelas relacionadas à imunidade penal relativa, estão no art. 86, §§ 4.º e 3.º, da CF.

93 Os tribunais de contas estaduais não têm legitimidade para executar suas decisões das quais resulte imputação de débito ou multa aos agentes públicos estaduais que, por seus atos, tenham causado prejuízos a estados.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 71, § 3.º, da CF não outorgou ao TCU, tampouco aos tribunais de contas estaduais, por simetria, a legitimidade para executar suas decisões das quais resulte imputação de débito ou multa. A competência para isso é do titular do crédito constituído a partir da decisão, ou seja, o ente público prejudicado (AI 826676 AgR, rel. min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 08/2/2011).

94 A decisão de instaurar uma CPI está sujeita ao juízo discricionário do plenário da casa legislativa, em conformidade com o princípio da independência dos Poderes.

JUSTIFICATIVA - Errado. A instauração de comissão parlamentar de inquérito depende unicamente do preenchimento dos requisitos previstos no art. 58, § 3.º, da Constituição Federal, quais sejam: a) o requerimento de um terço dos membros das casas legislativas; b) a indicação de fato determinado a ser apurado; e c) a definição de prazo certo para sua duração. Nesse sentido: STF. Plenário. MS 37760 MC-Ref/DF, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 14/4/2021 (Info 1013).

Com relação ao objeto do direito administrativo, à extinção dos atos administrativos e aos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

95 Servidores que laborarem de forma permanente em contato com substâncias tóxicas, radioativas ou que gerem risco à vida podem perceber cumulativamente os adicionais de insalubridade e de periculosidade, de acordo com as circunstâncias.

JUSTIFICATIVA – Errado. Servidores que trabalhem em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida têm direito a perceber o adicional de insalubridade ou de periculosidade, conforme o caso, mas não de forma cumulativa (art. 79, § 1.º, da Lei Complementar n.º 840/2011, do Distrito Federal).

96 Do ponto de vista normativo, o direito administrativo abrange as normas que regem a administração pública, razão pela qual mantém relações importantes com outros ramos do direito.

JUSTIFICATIVA – Certo. Do ponto de vista do Direito Positivo, o direito administrativo contempla as normas jurídicas que regem o funcionamento da administração pública, razão pela qual mantém relações essenciais com outros ramos do direito, como o direito constitucional.

97 Ocorre cassação de ato administrativo quando este esgota os efeitos a que se destinava.

JUSTIFICATIVA – Errado. Cassação de ato administrativo dá-se quando seu beneficiário deixa de cumprir determinados requisitos que lhe permitiriam continuar a gozar dos efeitos do ato.

No que concerne aos poderes e princípios da administração pública e à responsabilidade do Estado, julgue os itens seguintes.

98 Excesso de poder é uma das formas de abuso de poder e ocorre quando a administração pública persegue uma finalidade legal, mas vai além do necessário para atingi-la.

JUSTIFICATIVA – Certo. O excesso de poder é espécie do gênero abuso de poder e se caracteriza quando a administração pública usa meios exacerbados para atingir um objetivo lícito.

99 Se um cidadão sofre dano em seu patrimônio por evento da natureza, isso caracteriza força maior, que afasta a possibilidade de responsabilização civil do poder público.

JUSTIFICATIVA – Errado. Embora a força maior possa decorrer de evento natural, ela não necessariamente afasta a responsabilidade civil do Estado, se, por exemplo, for comprovado que o poder público foi omissivo em medidas que lhe cabiam para evitar danos por forças da natureza.

100 Para avaliar o cumprimento do princípio da eficiência da administração pública, o critério econômico é o único aspecto a ser considerado.

JUSTIFICATIVA – Errado. Embora a administração pública deva buscar a melhor e menos custosa opção ao praticar seus atos, nem sempre o critério econômico é suficiente. O atendimento à lei, o respeito ao ambiente e ao princípio da isonomia, entre outros fatores, podem impedir a opção pelo caminho economicamente menos custoso.

A respeito dos serviços públicos, dos serviços sociais autônomos e da improbidade administrativa, julgue os próximos itens.

101 Em virtude do princípio da universalidade dos serviços públicos, as regras aplicáveis à prestação do serviço podem permitir que o prestador busque receitas complementares à tarifa.

JUSTIFICATIVA – Errado. O princípio que preconiza a possibilidade de obtenção de receitas alternativas, a fim de permitir menores tarifas para os usuários, não é o da universalidade dos serviços públicos, mas o de modicidade das tarifas.

102 Como regra, não pode haver posse de servidor público sem que ele apresente a declaração de imposto de renda transmitida à Receita Federal, a qual deve ser atualizada todos os anos.

JUSTIFICATIVA – Certo. Essa exigência decorre da nova redação do art. 13, caput e § 2.º, da Lei da Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), na redação da Lei n.º 14.230/2021.

103 Os serviços sociais autônomos não precisam se constituir sob a forma de fundações de direito privado.

JUSTIFICATIVA – Certo. Não há realmente imposição normativa de que os serviços sociais autônomos tenham a natureza de fundações privadas, de modo que eles podem ter diferentes formas jurídicas.

Com relação à Lei do Processo Administrativo — Lei n.º 9.784/1999 — e à Lei de Acesso à Informação — Lei n.º 12.527/2011 —, julgue os itens subsequentes.

104 No sistema da Lei de Acesso à Informação, a noção de transparência ativa significa que o poder público deve buscar ao máximo atender aos requerimentos de cidadãos e cidadãs, sem cobrar emolumentos nem formular exigências despropositadas.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O conceito de transparência ativa é entendido em direção oposta à expressa no item, no sentido de que o poder público deve tomar a iniciativa de divulgar ao máximo as informações de interesse público, e não apenas a de atender aos requerimentos de informação que lhe sejam dirigidos.

105 Embora os administrados tenham direito a que a administração pública aprecie seus requerimentos e os decida de maneira fundamentada, não há prazo específico para que tais decisões sejam tomadas, considerando-se os variados níveis de complexidade dos temas a serem analisados.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O art. 49 da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999) estipula que, concluída a fase de instrução dos processos administrativos, a autoridade competente tem, em princípio, prazo de até 30 dias para proferir sua decisão.

Com referência à Lei n.º 14.133/2021 — Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos —, à Lei n.º 12.462/2011 — Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) — e aos convênios e consórcios administrativos, julgue os itens subsequentes.

106 Medidas de equidade de gênero e de mitigação das mudanças climáticas por parte de licitante podem ser adotadas como critério para decidir o resultado de licitação.

JUSTIFICATIVA – CERTO. O art. 60, inciso III e seu § 1.º, inc IV, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), permite que os fatores indicados no item sejam tomados como parâmetro para decidir a proposta vencedora de uma licitação, em caso de empate.

107 Convênios administrativos podem ser firmados tanto com órgãos e entes públicos como com entes privados, e aos referidos convênios se aplica, no que couber, a Lei n.º 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Convênios podem ser firmados com entes públicos e privados, e o art. 184 da Lei n.º 14.133/2021 prevê expressamente sua aplicabilidade a esses ajustes, no que couber.

108 Ainda que uma licitação tenha objeto passível de ser submetido ao RDC — a exemplo de obra de engenharia relacionada a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística —, o regime diferenciado poderá não se aplicar, se não forem observados requisitos como a indicação expressa desse regime no instrumento convocatório.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Em princípio, para aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas a determinada licitação, é preciso observar requisitos da Lei n.º 12.462/2011, como é o caso da opção pelo RDC, de forma expressa, no instrumento convocatório, com afastamento das normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, por força do previsto no art. 1.º, § 2.º, da Lei do RDC.

A respeito das normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal, julgue os itens a seguir, com base no Decreto distrital n.º 32.598/2010.

109 A proposta de concessão de benefícios de natureza tributária que impliquem renúncia de receita deverá ser instruída por meio de processo administrativo, devendo conter, entre outros elementos, a memória de cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o Decreto distrital n.º 32.598/2010: “Art. 8.º A proposta de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que importem renúncia de receita deverá ser instruída por meio de processo administrativo, que conterá os seguintes elementos: I memória de cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes; II demonstração de atendimento a pelo menos uma das condições de que tratam os incisos I e II do caput do artigo 14 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF); III cálculo do custo contendo o montante efetivamente renunciado ou liberado do Orçamento do Poder Executivo do Distrito Federal no exercício sob análise, a preços correntes, para aplicação em renúncias de receitas de natureza tributária e em benefícios de naturezas financeira, creditícia e outros.”.

110 As tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas das unidades gestoras da administração direta serão organizadas, anualmente, pelo TCDF e, após a aprovação pelo tribunal, serão encaminhadas para a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para avaliação da repercussão financeira na lei orçamentária anual.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o Decreto distrital n.º 32.598/2010, as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas das unidades gestoras da administração direta e dos fundos especiais serão organizadas, anualmente, pelo órgão central de contabilidade, em consonância com o estabelecido na Resolução/TCDF, e encaminhadas ao órgão central do sistema de correição, auditoria e ouvidoria, até o dia 30 de abril do ano seguinte àquele a que se referir. Ademais, a tomada de contas anual dos ordenadores de despesa, depois de aprovada pelo TCDF, será encaminhada para arquivamento nos órgãos de origem, ficando estes responsáveis pela guarda dos processos.

A tabela a seguir representa o balanço orçamentário de determinada unidade federativa no ano de 2021. Os valores mostrados estão na ordem dos milhares de reais.

despesa orçamentária	dotação inicial	dotação atualizada	despesas empenhadas
despesas correntes	23.582.739	30.171.584	27.966.169
pessoal e encargos sociais	15.288.365	17.409.417	16.633.904
juros e encargos da dívida	299.061	236.498	235.333
outras despesas correntes	7.995.313	12.525.669	11.096.932
despesas de capital	1.953.808	3.102.353	1.563.281
investimento	1.421.833	2.492.445	984.733
inversões financeiras	23.365	52.568	21.855
amortização da dívida	508.610	557.340	556.693
reserva de contingência	1.328.460	1.132.615	0
subtotal das despesas	26.865.008	34.406.552	29.529.448
superávit	0	0	1.296.531
Total	26.865.008	34.406.552	30.825.980

A partir dos valores intraorçamentários apresentados na tabela anterior e do previsto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens, acerca da execução das despesas públicas e dos seus estágios.

111 Nas despesas de inversões financeiras, devem estar incluídas eventuais aquisições de imóveis feitas pelo governo da unidade federativa em questão.

JUSTIFICATIVA - Certo. As despesas de capital de inversões financeiras incluem a aquisição de imóveis, a participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras, aquisição de títulos de empresas em funcionamento, concessão de empréstimos e diversas inversões financeiras.

112 Se as despesas pagas, em 2021, tiverem sido iguais às despesas empenhadas de R\$ 30,83 bilhões, então a inscrição em restos a pagar não processados terá totalizado R\$ 3,57 bilhões.

JUSTIFICATIVA - Errado. Consoante o art. 36 da Lei n.º 4.320/1964, os restos a pagar (RP) compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se entre restos a pagar processados (RPP), que são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, e restos a pagar não processados (RPNP), que são as despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas.

113 As despesas com investimentos não devem ser contabilizadas no orçamento fiscal e da seguridade social, senão, caso o sejam, competirá ao TCDF determinar a sua alocação no orçamento de investimento aprovado na lei orçamentária anual (LOA).

JUSTIFICATIVA - Errado. No grupo de natureza de despesa (GND) do orçamento público, as despesas de capital são compostas por investimento, inversões financeiras e transferência de capital. Isso não se confunde com os três orçamentos que integram a LOA: orçamentos fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais.

114 Haja vista os estágios de realização da despesa pública, é correto afirmar que as despesas pagas em 2021 não ultrapassaram R\$ 30,83 bilhões.

JUSTIFICATIVA - Certo. Para serem efetivamente pagas, as despesas públicas têm de cumprir os três estágios previstos na Lei n.º 4320/1964: empenho, liquidação e pagamento.

115 As despesas correntes com juros e encargos da dívida devem ser computadas no cálculo do resultado primário do governo da unidade federativa.

JUSTIFICATIVA - Errado. A apuração do resultado primário é um indicador utilizado para avaliar a sustentabilidade das contas públicas, visto que o superávit primário (receita primária maior que a despesa primária) contribui para a redução da dívida líquida. Por outro lado, o déficit primário sinaliza que vem ocorrendo um aumento da dívida líquida, pois o financiamento dos gastos primários (que exclui as despesas financeiras: juros, encargos e amortização da dívida pública) ultrapassa as receitas primárias (basicamente a receita da arrecadação tributária), ou seja, as receitas não financeiras do governo. Sendo assim, as despesas primárias excluem as despesas financeiras como o pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Acerca das receitas públicas, julgue os itens que se seguem.

116 A dívida ativa do Distrito Federal, que compõe o seu ativo, é constituída por tributos e multas não pagos nos prazos fixados em lei, regulamento ou decisão proferida em processo regular.

JUSTIFICATIVA - Certo. A dívida ativa constitui-se dos créditos da fazenda pública, tributários ou não, que, não pagos no vencimento, são inscritos em registro próprio, depois de apurada sua liquidez e certeza, de acordo com legislação específica. Constituem a dívida ativa do Distrito Federal os tributos e as multas não pagos nos prazos fixados em lei, regulamento ou decisão proferida em processo regular.

117 O Distrito Federal, como unidade da Federação que exerce o papel de município e de estado, pode instituir uma contribuição social sobre o faturamento ou a receita das empresas que atuam no seu território, desde que a referida contribuição seja destinada ao financiamento da seguridade social.

JUSTIFICATIVA - Errado. As contribuições sociais exclusivas para financiamento da seguridade social (art. 195 da Constituição Federal de 1988) só podem ser instituídas pela União, não podendo o DF usar dessa espécie de tributo no financiamento das suas despesas sociais.

A respeito dos princípios orçamentários, julgue os itens subsequentes.

118 A lei orçamentária do Distrito Federal é composta por três orçamentos — o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto —, e isso não viola o princípio da unidade orçamentária.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se do princípio da unidade ou totalidade, de acordo com o qual o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Esse princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964 e visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo: a LOA. O fato de a LOA ser composta por três orçamentos não invalida o princípio, pois ela é um documento único, um sistema integrado que assegura que os orçamentos de todos os órgãos do setor público constituam uma única política orçamentária.

119 Caso a lei orçamentária anual do exercício financeiro corrente tivesse sido aprovada somente no mês de março de 2023, o princípio da anualidade teria sido desrespeitado para o ano de 2023.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o princípio da anualidade ou periodicidade, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Esse princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964. Segundo o art. 34 dessa lei, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro). O fato de a LOA ter sido aprovada somente no mês de março não invalida o período de vigência do orçamento público.

Julgue os itens seguintes, referentes a planejamento, programação e orçamentação.

120 No âmbito do ciclo orçamentário, a lei de orçamento deverá conter a discriminação da receita e despesa, evidenciando, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade, a política econômica, financeira e o programa de trabalho do governo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O orçamento público é um documento obrigatório de iniciativa do Poder Executivo, previsto no ciclo orçamentário para todos os entes da Federação. A peça corresponde à expressão econômica e financeira do planejamento governamental, que tem como referência o plano plurianual (PPA). A lei orçamentária anual é uma das peças do ciclo orçamentário e, seguindo o que determina a Lei n.º 4320/1964, deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e programa de trabalho do governo.

121 A lei que instituir o plano plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, os objetivos e as metas da administração pública, seguindo as diretrizes determinadas pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

JUSTIFICATIVA - Errado. Consoante o art. 165 da Constituição Federal de 1988, em seu § 1.º: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”. Assim, as diretrizes mencionadas no item são estabelecidas, também, no plano plurianual. Contudo, o PPA não se submete às diretrizes da LDO, e sim o contrário: são as metas e prioridades estabelecidas na LDO que devem estar em consonância com as diretrizes, os objetivos e as metas definidos no PPA (art. 165, §§ 1.º, 2.º e 4.º, da Constituição Federal de 1988).

122 O anexo de riscos fiscais, que, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser anexado à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), tem o propósito de quantificar os passivos contingentes e outros riscos capazes de prejudicar o equilíbrio das contas públicas.

JUSTIFICATIVA - Certo. O anexo de riscos fiscais tem por objetivo, conforme estabelecido pelo § 3.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

Com relação às principais abordagens da administração e à evolução da administração pública no Brasil, julgue os itens que se seguem.

123 No Brasil, a administração pública gerencial emergiu na segunda metade do século XX, em resposta à crise do Estado, buscando reduzir custos e tornar a administração mais eficiente, orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados.

JUSTIFICATIVA – Certo. No Brasil, a administração pública gerencial emergiu na segunda metade do século XX, como resposta à crise do Estado, um modo de enfrentar a crise fiscal e uma estratégia para reduzir custos e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabem ao Estado. Algumas características básicas definem a administração pública gerencial: é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados.

124 A abordagem clássica da administração, que engloba principalmente a teoria da administração científica e a teoria clássica, tinha como principais ênfases a aplicação de métodos para aumentar a eficiência no trabalho e a elevada consideração pelas relações interpessoais entre os empregados.

JUSTIFICATIVA – Errado. A abordagem clássica não dá ênfase nem considera as relações interpessoais entre os empregados, apenas considera métodos e técnicas para aumentar a eficiência no trabalho.

No que se refere ao planejamento estratégico e aos seus principais artefatos e ferramentas, julgue os próximos itens.

125 A definição da missão e da visão de uma organização — respectivamente, a razão de ser da organização e a forma como ela se vê ou deseja ser no futuro — está entre as etapas iniciais de seu planejamento estratégico.

JUSTIFICATIVA – Certo. A missão e a visão são definidas nas fases iniciais do planejamento estratégico e têm por objetivo, respectivamente, definir a razão de ser da organização (missão) e como ela se vê ou deseja ser no futuro (visão).

126 Uma das principais etapas do planejamento estratégico de uma organização envolve o mapeamento de oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos, que pode ser realizado por meio do uso de uma matriz GUT, a qual permite uma visão clara dos ambientes externo e interno da organização.

JUSTIFICATIVA – Errado. A ferramenta indicada para a análise de ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos é a análise SWOT.

Acerca da departamentalização, julgue os itens a seguir.

127 Uma das características da departamentalização matricial é sua flexibilidade, que permite a alocação de recursos e pessoas de acordo com as demandas de projetos em andamento; todavia, essa flexibilidade impede a aplicação desse tipo de departamentalização no contexto da administração pública.

JUSTIFICATIVA – Errado. Justamente por sua flexibilidade, a departamentalização matricial é plenamente aplicável a qualquer contexto, inclusive à administração pública.

128 A departamentalização por clientela possibilita que se enfatizem as necessidades dos usuários ou do cliente dos serviços e produtos, todavia pode comprometer a eficiência e a produtividade da organização como um todo caso haja um enfoque excessivo nessa customização dos serviços e produtos.

JUSTIFICATIVA – Certo. O item elenca características, vantagens e desvantagens de uma departamentalização por clientela.

A respeito de aspectos ligados a motivação, liderança, capacitação, gestão do desempenho e gestão por competências, julgue os itens subsequentes.

129 A teoria da liderança transformacional baseia-se na premissa de que a gestão do desempenho, uma vez associada a recompensas e punições claras, pode propiciar melhorias ao ambiente do trabalho.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O item apresenta a premissa da liderança transacional, e não da transformacional, que enfatiza a inspiração, a motivação e o estímulo para o alcance de desempenhos excepcionais.

130 A partir da gestão por competências, uma organização pode estruturar vários dos subsistemas de gestão de pessoas — tais como recrutamento, seleção, treinamento e gestão do desempenho; todavia, por ter sido desenvolvido no contexto de organizações privadas, o conceito de gestão por competências tem pouca aplicação ou validade no setor público.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Embora, de fato, tenha sido desenvolvido no contexto de organizações privadas, com o objetivo de estabelecer diferenciais competitivos, o conceito de gestão por competências vem sendo amplamente incorporado no âmbito da administração pública brasileira.

131 A relação entre liderança, gestão do desempenho e concessão de recompensas no contexto do trabalho é bem explicada pela teoria motivacional da expectativa, de Victor Vroom, segundo a qual é necessário não somente que se reconheça e se recompense o bom desempenho, mas também que essa recompensa seja interessante para o avaliado.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A teoria da expectativa parte do pressuposto de que a motivação é gerada a partir do momento em que o indivíduo percebe uma relação positiva entre seu desempenho, o reconhecimento desse desempenho e a concessão de recompensas.

132 O processo de capacitação — ou treinamento e desenvolvimento — é composto por etapas, sendo a primeira delas a avaliação de necessidades, que é considerada uma das mais importantes, pois é a partir dela que se desenha a ação de treinamento.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A avaliação de necessidades é a etapa inicial responsável por definir quem deve ser treinado e em quê. Por isso, serve de base para as outras etapas do processo.

Julgue os itens a seguir, relativos a gestão da qualidade, gestão de projetos e gestão de processos.

133 O diagrama de Pareto é um tipo de gráfico que auxilia no processo de identificação e priorização de causas que contribuem mais significativamente para determinado resultado ou para a incidência de determinado problema. Esse diagrama segue o princípio de que 80% dos problemas são causados por 20% das causas.

JUSTIFICATIVA – CERTO. O item apresenta a função principal do diagrama de Pareto como ferramenta de gestão da qualidade.

134 A definição do escopo de um projeto é a etapa da elaboração de um projeto que contempla a definição de cada uma das atividades e etapas de realização, com os respectivos prazos e datas estimados.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A definição do escopo envolve a definição clara dos objetivos do projeto e a identificação de seus requisitos específicos. A definição das atividades e etapas, bem como de datas e prazos, é feita no estabelecimento de marcos ou do cronograma.

135 Embora muito divulgada ultimamente, a gestão de processos de negócios (BPM) — abordagem utilizada para análise, melhoria e otimização de processos em uma organização — tem como principal desvantagem uma abordagem predominantemente operacional e uma visão micro das atividades.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A BPM tem como principal característica ser uma abordagem predominantemente estratégica, que busca identificar processos de negócio e ter uma visão estratégica da organização.

136 A elaboração de um fluxograma é essencial para que se possa ter uma visão clara das atividades envolvidas em um processo, bem como para que se possa, a partir desse conjunto de atividades, avaliar os pontos passíveis de melhoria.

JUSTIFICATIVA – CERTO. O fluxograma é a ferramenta utilizada para que se possa visualizar a sequência de atividades necessárias para a realização de um processo ou de uma atividade.

A respeito da legislação aplicável à contratação de bens e serviços, julgue os itens a seguir.

137 Em caso de descumprimento de contrato de prestação de serviço comum celebrado no regime da Nova Lei de Licitações e Contratos, o gestor do contrato deverá, antes da aplicação de penalidade, adotar um meio alternativo de resolução do problema.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A Lei n.º 14.133/2021, nos artigos 151 a 154, possibilitou a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsia aos contratos administrativos sob sua regência, mas não de forma obrigatória.

Lei n.º 14.133/2021:

“Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

Parágrafo único. Será aplicado o disposto no *caput* deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.”

138 A tomada de preços e o convite, que eram modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993, foram extintas pela Nova Lei de Licitações e Contratos.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A Lei n.º 8.666/1993 previa a tomada de preços e o convite como modalidades de licitação, conforme se comprova do texto do art. 22, transcrito a seguir:

“Art. 22. São modalidades de licitação:

- I concorrência;
- II tomada de preços;
- III convite;
- IV concurso;
- V leilão.”

Na Lei n.º 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos, as referidas modalidades não constam entre as modalidades de licitação:

“Art. 28. São modalidades de licitação:

- I pregão;
- II concorrência;
- III concurso;
- IV leilão;
- V diálogo competitivo.”

- 139** É vedada a exigência de garantia de proposta no edital de licitação para prestação de serviços.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 10.520/2002:
“Art. 5.º É vedada a exigência de:
I garantia de proposta;”
- 140** Suponha-se que o governo do Distrito Federal (GDF) decida adquirir veículos para renovar a frota das secretarias de Estado. Nessa situação, conforme disposição da Nova Lei de Licitações e Contratos, o GDF poderá efetuar a compra com base nas regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993, desde que o respectivo edital de licitação seja publicado até o último dia de 2023.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. Não há dispositivo a esse respeito na Nova Lei de Licitações e Contratos.
- 141** A Nova Lei de Licitações e Contratos permite que a administração pública contrate mais de uma empresa para executar o mesmo serviço.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 49. A Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que essa contratação não implique perda de economia de escala, quando:
I o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; e
II a múltipla execução for conveniente para atender à Administração.
Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, a Administração deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada um dos contratados.”
-
- No que se refere à elaboração e à fiscalização de contratos, julgue os itens que se seguem, à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos — Lei n.º 14.133/2021.
- 142** Considerando-se o papel de representante do ente contratado a ser desempenhado pelo preposto, é vedado à administração recusar a indicação do preposto pela contratada.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o preposto deve ser aceito, logo a administração poderá recusá-lo:
“Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.”
- 143** Considere-se que o gestor de determinado contrato tenha aplicado sanção de declaração de inidoneidade para licitar e que, após a declaração, se tenha verificado que não havia ocorrido prévia análise jurídica. Nesse caso, não há irregularidade, visto que incumbe ao gestor analisar o mérito e decidir a sanção razoável e proporcional à irregularidade cometida.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. A Lei n.º 14.133/2021 prevê expressamente que a sanção será precedida de análise jurídica.
Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 6.º A sanção estabelecida no inciso IV do *caput* deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:”
- 144** Havendo irregularidade na execução do contrato, caberá ao próprio fiscal do contrato adotar as providências para a regularização.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
§ 1.º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.”
- 145** É permitida à administração a contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais do contrato no acompanhamento da execução deste.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.”
- 146** Durante a execução de um contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, cabe ao gestor do contrato a notificação da empresa contratada no que diz respeito às irregularidades registradas pelo fiscal.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. No capítulo VI, que trata da execução dos contratos, não há menção ao fato de que “cabe ao gestor do contrato a notificação da empresa contratada no que diz respeito às irregularidades registradas pelo fiscal”.
Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
§ 1.º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.”

Com base no Decreto distrital n.º 44.330/2023 e na Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue os itens seguintes.

- 147** Ainda que estabeleçam direitos não previstos em lei, as disposições da convenção coletiva de trabalho entre trabalhadores e a empresa contratada pela administração pública estarão vinculadas à administração, haja vista a natureza jurídica conferida a esse instrumento pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo a Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a administração não se vincula às disposições de convenção coletiva de trabalho, conforme se comprova da leitura do art. 6.º, transcrito a seguir.

“Art. 6.º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

- 148** A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deve ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme art. 54 da Instrução Normativa n.º 5/2017:

“Art. 54. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.”

- 149** De acordo com o Decreto distrital n.º 44.330/2023, o plano de contratações anual pode ser revisado para inclusão de itens, conforme as hipóteses previstas, desde que isso seja feito no ano de sua elaboração.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme Decreto distrital n.º 44.330/2023:

“Art. 52. Durante o ano de sua elaboração, o plano de contratações anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:”

- 150** No Distrito Federal, se a licitação envolver serviços especiais, o agente de contratação deverá ser substituído por comissão de contratação.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O Decreto distrital n.º 44.330/2023 prevê que o agente de contratação poderá, e não deverá, ser substituído por comissão de contratação.

Decreto distrital n.º 44.330/2023:

“Art. 5.º O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8.º da Lei n.º 14.133, de 2021.
§ 1.º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros designados nos termos do disposto no art. 7.º e no art. 12 deste Regulamento, conforme estabelecido no § 2.º do art. 8.º da Lei n.º 14.133, de 2021.”

Espaço livre